

## RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

### PREÂMBULO

A Sanesul tem se destacado pelo montante investido nos sistemas de abastecimento de água e em esgotamento sanitário no Estado de Mato Grosso do Sul. O compromisso da empresa em relação à sociedade sul-matogrossense é manter a universalização do abastecimento de água nas localidades operadas e elevar progressivamente o índice de esgotamento sanitário para que o desenvolvimento social esteja inserido no desenvolvimento econômico, elevando a qualidade de vida e o bem-estar da população.

O Mapa Estratégico da Sanesul foi desenhado para comunicar os objetivos estratégicos de forma clara e sistêmica, distribuindo-os em dimensões que se inter-relacionam e convergem para o atendimento da Missão Institucional. Conforme figura abaixo, as dimensões do Mapa Estratégico são Aprendizagem e Inovação, Processos Internos Críticos, Sociedade e Finanças, sendo utilizadas neste relatório para direcionar a apresentação dos avanços mais significativos no período analisado.



## APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO

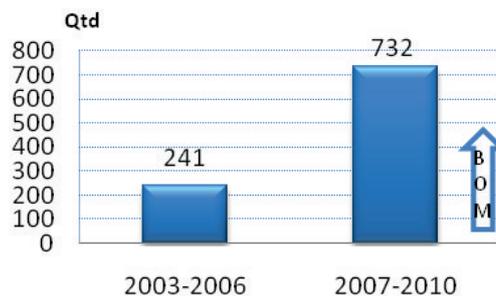
### DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Atualmente, a SANESUL possui em seu quadro 1.013 empregados entre os de carreira e comissionados de livre nomeação. As capacitações são agregadas em cinco programas:

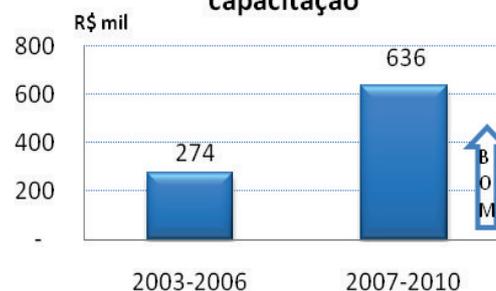
- 1) Programa de Capacitação em Gestão Operacional - treinamentos técnicos para gerentes, gestores e supervisores de unidades;
- 2) Capacitação para encanadores e operadores de equipamentos automotivos (com elaboração de Manual para cada operação);
- 3) Qualificação técnica para eletromecânicos e operadores de tratamento de água;
- 4) Formação de facilitadores em noções de saneamento, hidráulica básica, hidráulica avançada, cadastro de rede, operação e manutenção de equipamento automotivo e inclusão digital;
- 5) Programa de Integração para novos empregados.

Em 2010 foram implantados: o Plano de Empregos, Carreiras e Salários; a melhoria da avaliação dos empregados no período de experiência de 90 dias e o Planejamento do Sistema de Avaliação de Desempenho. Além disso, houve a inserção da Sanesul no Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública do Tribunal de Contas do Estado (SICAP/TCE) para a apreciação da legalidade e controle dos atos de concurso público e movimentação de pessoal.

### Capacitações realizadas



### Valores investidos em capacitação



Foram realizados 261 treinamentos em 2010, com crescimento de 14% em relação ao ano anterior. Houve também acréscimo de 47% no número de horas de treinamentos. No período de 2007 a 2010 aconteceram 732 capacitações em relação a 241 no quadriênio anterior, representando um crescimento de 204%.

Os cursos foram priorizados para as áreas finalísticas da empresa (comercial e operações de sistemas) sendo muitos deles realizados nas gerências regionais, como por exemplo: aferição de hidrômetros; coleta e preservação de amostras de efluente e corpo receptor; análises bacteriológica de água; combate aos vazamentos invisíveis (uso do Stick); combate à fraude e instalação de rádio telecomando. Houve também ações de treinamento no processo de Certificação do Laboratório Central com a Norma NBR ISO/IEC 17025:2005.

### TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Política de TI é fundamentada nos projetos de Melhoria da Infraestrutura, Capacitação Técnica e Gerenciamento de Softwares que abrangem ações de desenvolvimento tecnológico e apoio aos setores da empresa. Intensificou-se a atuação nas regionais com a substituição de equipamentos obsoletos, melhoria da rede física e implantação do projeto de Inclusão Digital. Nos últimos quatro anos, houve capacitação em sistemas Linux, Oracle Database, Ferramentas Microsoft, Segurança em Redes, Metodologia ITIL e Desenvolvimento Microsoft.

Em 2010, finalizou-se a instalação do sistema de gestão comercial em plataforma Web utilizando Banco de Dados Oracle, a estruturação da intranet e a consulta na base ERP de dados sobre fornecedores, contratos, estoque e bens do ativo fixo. Consolidou-se, de igual forma, a ferramenta Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) em que os processos administrativos são digitalizados para controle e qualidade da informação.

### GESTÃO DE MATERIAIS E LOGÍSTICA

As melhorias na gestão de compras, estoque e transportes objetivam o suporte logístico adequado às demandas das gerências regionais, suas unidades e Administração Central. Nesse sentido foram realizadas as ações a seguir:

- 1) Gestão de Materiais: houve a integração do sistema de compras nas regionais e a padronização dos procedimentos para a correta execução das rotinas; início da integração do sistema de contratos e a implantação de sistema de indicadores de resultados para análise gerencial.
- 2) Gestão de Transportes: equipamentos e veículos foram adquiridos para a renovação da frota e agilização dos serviços de campo, totalizando investimentos de R\$ 11,5 milhões entre 2007 a 2010. São 186 máquinas e veículos como retroscavadeiras (18 unidades), caminhões de diversos modelos (37), motocicletas (50), veículos utilitários (70), carretas semirreboque (5) e outros.

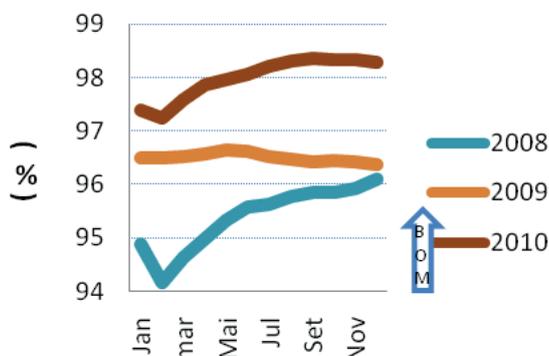
## PROCESSOS INTERNOS CRÍTICOS

No Plano Estratégico 2007 e 2010 estabeleceram-se dois processos internos críticos, ou seja, aqueles que caracterizam as atividades fundamentais e que correspondem ao núcleo do negócio da empresa, no caso denominados Operação de Sistemas e Comercialização dos Serviços.

### OPERAÇÃO DE SISTEMA

Para manter o controle da qualidade da água, a Sanesul monitora todos os municípios em que opera. O Laboratório Central em Campo Grande analisa as águas nos parâmetros mais complexos como agrotóxicos, metais, substâncias orgânicas e cianobactérias. Há outros nove Laboratórios Regionais onde são analisados parâmetros de média complexidade.

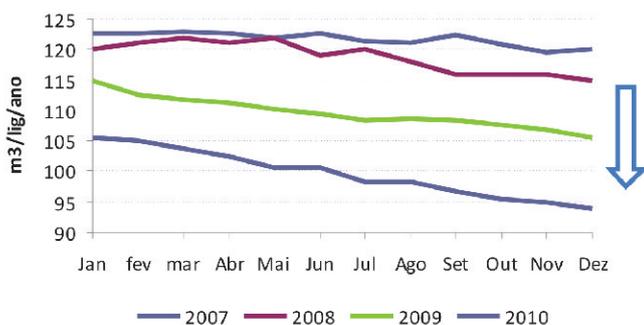
Em abril de 2010, o Laboratório Central da SANESUL recebeu o certificado de Acreditação da ISO/IEC 17025:2005 pelo INMETRO. A partir de então, o laboratório passou a fazer parte da Rede Brasileira de Laboratório de Ensaios (RBLE) que corresponde ao conjunto de laboratórios acreditados pelo INMETRO para realizar análises no Brasil. Dentre as várias empresas públicas de saneamento básico do Brasil, a SANESUL foi a terceira a receber a Acreditação pelo INMETRO.



De acordo com órgãos reguladores como ABNT e INMETRO, o Índice de Qualidade de Água - IQA deve ter o patamar mínimo de excelência igual a 90% das amostras. Em 2010, o IQA atingiu 98,29%. No gráfico acima, a demonstração dos índices crescentes de qualidade de água ao longo dos últimos anos.

O trabalho de combate às perdas engloba ações coordenadas entre as áreas comercial e operacional no aumento da confiabilidade na macromedição, em pesquisas e reparos de vazamentos, padronização de ligações, substituição de redes e ramais, implantação de sistemas de supervisão e controle operacional, reabilitação de unidades operacionais, aquisição de equipamentos de automação e treinamento contínuo das equipes envolvidas nos processos correlatos.

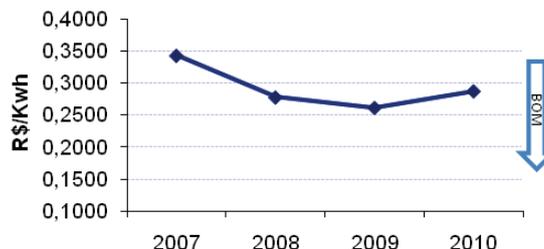
### PERDAS DE ÁGUA POR LIGAÇÃO



Dentre as ações realizadas, ressaltam-se a implantação de distrito pitométrico em Corumbá, disponibilização de hastes de escuta (sticks) e haste de perfuração para a pesquisa de vazamentos invisíveis e a aquisição de geofones para a Região da Grande Dourados. O gráfico demonstra a redução contínua das perdas ao longo dos últimos quatro anos.

O programa de redução das despesas de energia elétrica abrange a avaliação contínua do consumo e dos valores faturados, além da adequação de grupos tarifários de acordo com a demanda da empresa. Foi dada prioridade à implantação de capacitores para correção de baixos fatores de potência e também à adoção de equipamentos mais eficientes nos aspectos hidráulicos e energéticos.

### Despesa de Energia por Kwh



Em 2007, o custo da energia representava 0,3427 R\$/kWh caindo para o patamar de 0,2876 R\$/kWh em 2010. Ressalta-se que em 2010 as tarifas energéticas sofreram um reajuste médio de 6,85% em relação a 2009 ao passo que o custo elevou-se em 2,75% no mesmo período.

O Sistema Gerencial de Serviços (SGS) é uma ferramenta de gestão que permite o dimensionamento das equipes de campo e da frota de veículos, a adequação dos tipos e quantidade de ferramentas utilizadas pelas equipes, além de planejar as ações para combater perdas e desperdícios por meio de relatórios gerenciais. Atualmente o SGS está implantado em sete localidades (Corumbá, Coxim, Dourados, Ladário, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas) e em fase de estudos para implantação em Aquidauana, Nova Andradina e Paranaíba.

### COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A melhoria da eficiência comercial e do atendimento ao cliente forma os objetivos de programas como:

1. Ampliação da micromedição: no período de 2007 a 2010 foram adquiridos 310 mil hidrômetros para implantação de novas ligações e manutenção das existentes, elevando a confiabilidade na aferição do volume consumido. Somente em 2010, essa aquisição somou 58 mil hidrômetros;
2. Consolidação da leitura informatizada de hidrômetros com emissão simultânea de contas de água e de esgoto, implantação do novo Sistema Comercial via WEB, reformas e construção de escritórios de atendimento e padronização de procedimentos comerciais para a execução das rotinas.

## SOCIEDADE

### UNIVERSALIZAÇÃO NO ATENDIMENTO DE ÁGUA

Praticamente toda a população urbana das 122 localidades é atendida com água potável. Para manter esse patamar, foram investidos R\$ 128 milhões em abastecimento de água nos últimos quatro anos, tanto em recuperação de sistemas e aumento da capacidade de reserva, quanto para atender novos empreendimentos imobiliários, comerciais ou industriais. Ao final de 2010, a rede de abastecimento de água expandiu-se para 5.887 km e o número de ligações reais de água alcançou 440 mil unidades.

### AMPLIAÇÃO NO ATENDIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O Plano de Investimento totalizou R\$ 420 milhões entre 2007 a 2010. Desse montante, R\$ 292 milhões ou 69% do total foram destinados aos sistemas de esgoto, em obediência à diretriz estratégica de se ampliar prioritariamente o atendimento no Estado. As ligações de esgoto cresceram 15% em 2010, atingindo 55 mil unidades.

### CONCESSÕES MUNICIPAIS

Entre 2008 e 2010, foram renovados 23 contratos sob as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal 11.445/07 que prevê, entre outros pontos, a implantação de contratos de programas contendo os valores dos investimentos acordados e indicadores de resultados ao longo de 30 anos de concessão.

## IMAGEM DA EMPRESA

Segundo a última pesquisa de opinião, a imagem institucional da Sanesul é positiva para a maioria da população do Estado. Foram realizadas aproximadamente cinco mil entrevistas em 10 das maiores cidades, tendo a qualidade da água fornecida pela empresa considerada ótima ou boa por 79% dos entrevistados.

Em 2009 as realizações da Sanesul provocaram 900 publicações de notícias. Em 2010 esse número cresceu para 2.242 notícias em 70 veículos diferentes entre jornalismo impresso e eletrônico, numa variação de 149% no período.

## POLÍTICA AMBIENTAL

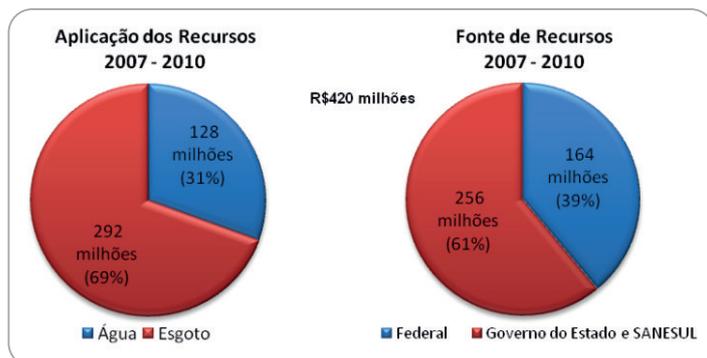
As diretrizes de Política Ambiental estão fundamentadas em três eixos: 1º) desenvolvimento sustentável associado à preservação dos recursos naturais; 2º) respeito à legislação e 3º) melhoria contínua dos processos. Abaixo, os principais projetos realizados para a consecução das diretrizes:

- Regularização ambiental:** todos os 249 poços tubulares operados estão com licenciamento ambiental protocolado no Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL).
- Outorga do uso dos recursos hídricos:** 100% das unidades de tratamento de água e de esgoto localizadas em rios de jurisdição federal possuem protocolo de outorga tramitando na Agência Nacional de Águas (ANA).
- Pesquisa e desenvolvimento:** foi firmada parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) que resultou no estudo "Levantamento da Qualidade Ambiental da Microbacia Hidrográfica do Córrego Tujuri", utilizando-se de ferramentas de sensoriamento remoto. Também foi assinado o acordo de cooperação com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) objetivando estudos das características físico-químicas dos resíduos sólidos da ETA em Dourados. Para promover o consumo racional dos recursos hídricos e iniciar ações de preservação, serão utilizados diagnósticos elaborados em parceria com a UFMS para estabelecer planos de ação nas microbacias do Estado.
- Mobilização Social:** é realizada com as populações beneficiadas na implantação de sistema de esgotamento sanitário por meio de reuniões comunitárias, visitas domiciliares e oficinas educativas, nas quais são abordados temas sobre preservação do meio ambiente, saúde pública e saneamento básico e importância do sistema de esgotamento sanitário com a utilização de materiais pedagógicos como cartilhas, folders e banners.
- Educação Ambiental:** feita com as crianças e adolescentes, utilizando recursos como vídeo, fichas, desenhos e dinâmicas. A equipe técnica sensibiliza e transmite às crianças e adolescentes informações sobre a água e a sua importância para a vida, sobre o sistema de coleta e tratamento de esgoto e sobre resíduos sólidos, além da relação destas questões com o meio ambiente. Desde 2007, 35 mil estudantes foram atendidos em 200 palestras e visitas às instalações da empresa.

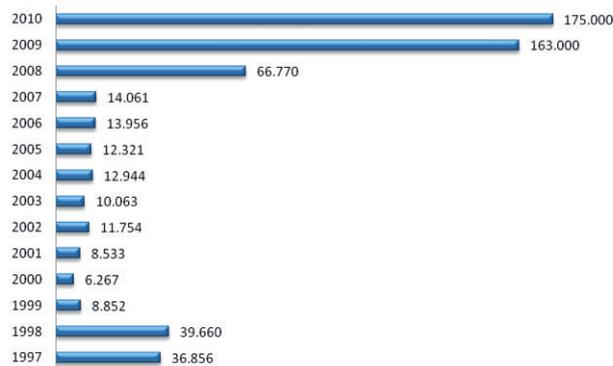
## FINANÇAS

### PLANO DE INVESTIMENTOS

O Plano de Investimentos no período de 2007 a 2010 atingiu o montante de R\$ 420 milhões. Deste total, 61% (R\$ 256 milhões) são recursos provenientes da receita operacional da SANESUL e Governo do Estado, seja na forma de contrapartida de financiamentos ou com recursos próprios da empresa aplicados diretamente nos sistemas de água e esgoto. O restante advém de recursos financiáveis ou não retomáveis como: Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Saneamento para Todos, financiamentos do BNDES e Prodetur. Cerca de R\$ 292 milhões foram aplicados em esgoto (69%) e R\$ 128 milhões em abastecimento de água (31%).



### Evolução dos Investimentos - valores correntes (R\$ mil)



Especificamente em 2010, os investimentos totalizaram R\$ 175 milhões, sendo R\$ 39 milhões oriundos de recursos próprios da empresa. Os R\$ 136 milhões remanescentes foram captados por meio de convênios (PAC/Ministério das Cidades, FUNASA, BNDES e Prodetur), operações de crédito (Caixa) e recursos do Tesouro Estadual (contrapartidas do PAC/Governo Federal).

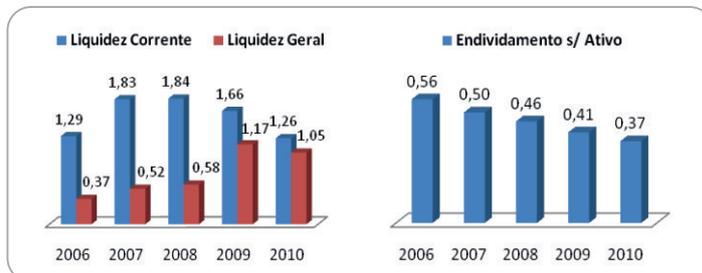
## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

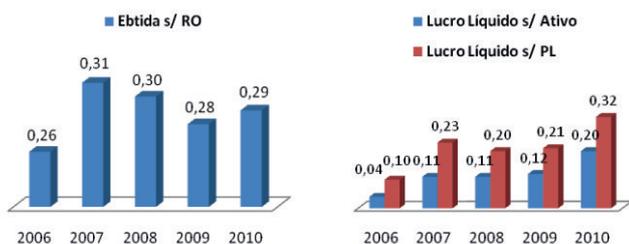
O volume de recursos investidos tem sido possível pelo alcance da viabilidade econômica e financeira da Sanesul decorrentes da elevação das receitas operacionais e racionalização dos custos de exploração dos serviços. O valor dos investimentos com recursos próprios (R\$ 39 milhões) equivaleu a 18,4% das receitas operacionais.

Em 2010, as receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 212,3 milhões contra R\$ 189,6 milhões obtidos em 2009, apresentando incremento de 12% ocasionado principalmente pelo aumento do volume faturado de água e esgoto em 7% no ano. Também se deve ao reajuste das tarifas de água e esgoto em 5,26% no mês de julho de 2010, que correspondeu à inflação do período. Os custos somados às despesas operacionais atingiram um montante de R\$ 187,0 milhões, contra R\$ 157,4 milhões realizados em 2009, apresentando um aumento de 18,8%. A elevação dos custos deveu-se aos diversos projetos na área operacional, em especial a contratação de pessoal, em busca das melhorias no atendimento de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e redução das perdas de água nos sistemas.

O lucro operacional foi de R\$ 25,3 milhões contra R\$ 32,2 milhões no ano de 2009, representando uma redução de 21,4%. No entanto, o EBTIDA cresceu 15,5% em relação a 2009, atingindo o valor de R\$ 61,7, contra 53,4 milhões em 2009. Com esses resultados - aliados a uma reversão de provisão no valor de R\$ 49,2 milhões para adequação do ativo permanente às normas internacionais de contabilidade - foi possível gerar um lucro líquido de R\$ 80,0 milhões, representando um aumento de 105,7%, em relação a 2009 (R\$ 38,9 milhões). A seguir, a evolução dos principais indicadores contábeis em quadro e gráficos.

Indicadores Contábeis	2006	2007	2008	2009	2010
Liquidez Corrente	1,29	1,83	1,84	1,66	1,26
Liquidez Geral	0,37	0,52	0,58	1,17	1,05
Endividamento sobre Ativo	0,56	0,50	0,46	0,41	0,37
Ebitda sobre Receitas Operacionais	0,26	0,31	0,30	0,28	0,29
Lucro Líquido sobre Ativo	0,04	0,11	0,11	0,12	0,20
Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido	0,10	0,23	0,20	0,21	0,32





## AGRADECIMENTOS

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul agradece a André Puccinelli, excelentíssimo governador do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo fundamental apoio dado à Administração e igualmente aos nossos fornecedores, cidadãos-usuários e colaboradores pela seriedade, confiança e eficiência na realização dos projetos necessários ao êxito de nossos negócios.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### QUADRO 1

#### DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	PASSIVO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e bancos	4.355	2.341	1.649	Fornecedores e empreiteiros (nota 12)	13.549	13.889	12.721
Depósitos vinculados	841	20	109	Salários, gratificações e encargos sociais	6.639	5.392	5.330
Aplicações financeiras (nota 5)	34.924	30.061	33.173	Impostos e contribuições	3.069	2.826	2.699
Clientes (nota 6)	33.577	36.474	34.390	Provisão para férias e encargos sociais	4.773	4.295	3.977
Estoques (nota 7)	4.257	4.338	3.286	Empréstimos e financiamentos (nota 13)	6.332	4.275	4.417
Impostos e contribuições a recuperar	1.198	743	840	Parcelamento tributos e contrib. sociais (nota 14)	2.286	2.281	2.223
Outros créditos	723	814	732	Honorários de processos judiciais	4.000	-	179
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>79.875</b>	<b>74.791</b>	<b>74.179</b>	Dividendos e juros s/capital próprio (nota 15)	19.918	9.384	7.748
				Outros	2.963	2.741	916
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>Total do passivo circulante</b>	<b>63.529</b>	<b>45.083</b>	<b>40.210</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Ativo financeiro (nota 9)	79.303	76.512	68.961	Empréstimos e financiamentos (nota 13)	51.936	44.246	35.804
Depósitos judiciais	1.407	443	687	Parcelamento tributos e contrib. sociais (nota 14)	8.846	9.991	21.756
	80.710	76.955	69.648	Provisões para contingências (nota 16)	27.985	30.633	31.916
<b>PERMANENTE</b>				<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>88.767</b>	<b>84.870</b>	<b>89.476</b>
Intangível (nota 10)	158.935	96.667	96.675	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Imobilizado (nota 11)	86.527	66.127	39.342	Capital social	188.500	152.500	114.960
	245.462	162.794	136.017	Reserva de capital			100
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>326.172</b>	<b>239.749</b>	<b>205.665</b>	Reserva de incentivo fiscal-MP 449/08	1.687	1.360	499
				Reserva legal	7.439	3.439	1.495
				Reserva retenção de lucros	56.125	27.288	33.104
<b>Total do Ativo</b>	<b>406.047</b>	<b>314.540</b>	<b>279.844</b>		253.751	184.587	150.158
				<b>Total do Passivo</b>	<b>406.047</b>	<b>314.540</b>	<b>279.844</b>

**QUADRO 2**
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
De serviços de abastecimento de água	202.264	181.748
De serviço de esgoto	15.567	12.816
(-) Imposto sobre serviços (ICMS)	(5.496)	(4.889)
	<u>212.335</u>	<u>189.675</u>
Custo de operação e manutenção	(94.774)	(85.461)
<b>LUCRO BRUTO</b>	117.561	104.214
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Comerciais	(5.339)	(4.834)
Administrativas	(35.738)	(32.927)
Impostos e contribuições	(14.794)	(13.014)
Encargos financeiros líquidos	(11.382)	1.653
Provisões constituídas	(10.250)	(10.210)
Amortizações do intangível	(10.903)	(10.528)
Depreciações	(3.856)	(2.124)
	<u>(92.262)</u>	<u>(71.984)</u>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	25.299	32.230
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)</b>		
Outras receitas (nota 19)	51.814	5.588
Outras despesas (nota 19)	(1.090)	(1.055)
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	50.724	4.533
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	76.023	36.763
Imposto de renda	(5.176)	(5.167)
Contribuição social	(1.923)	(1.915)
	<u>(7.099)</u>	<u>(7.082)</u>
Reversão juros sobre o capital próprio	11.075	9.197
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<u>79.999</u>	<u>38.878</u>
<b>LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL (Em R\$)</b>	<u>0,28</u>	<u>0,14</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 3**
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social realizado	Reservas de capital	Reservas de lucros			(Lucros/Prejuízos) acumulados	Resultado Abrangentes	Patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros	Incentivo Fiscal-MP 449/08			
EM 01 DE JANEIRO DE 2009	114.960	100	1.495	33.104	499	-	-	150.158
Aumento de capital	37.540	-	-	-	-	-	-	37.540
Destinações								
Reserva de capital		(100)						(100)
Reserva de incentivo fiscal - MP 449/08	-	-	-	-	861	(861)		-
Reserva legal	-	-	1.944	-	-	(1.944)		-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	(5.816)	-	(26.876)		(32.692)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(9.197)		(9.197)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	38.878		38.878
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>152.500</b>	<b>-</b>	<b>3.439</b>	<b>27.288</b>	<b>1.360</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>184.587</b>
Aumento de capital	36.000	-	-	-	-	(26.917)		9.083
Destinações								
Reserva de incentivo fiscal - MP 449/08	-	-	-	-	327	(327)		-
Reserva legal	-	-	4.000	-	-	(4.000)		-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	28.837	-	(28.837)		-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(8.843)		(8.843)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(11.075)		(11.075)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	79.999		79.999
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>188.500</b>	<b>-</b>	<b>7.439</b>	<b>56.125</b>	<b>1.687</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>253.751</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 4**
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido do Exercício	79.999	38.878
Ajustes do lucro às disponibilidades		
Amortizações do intangível	10.903	10.528
Depreciações	3.856	2.124
Provisão para devedores duvidosos	12.625	
Custo de bens baixados	139	85
Reversão da provisão para redução do imobilizado	(49.183)	
Reversão de provisões para contingências	(3.447)	(1.039)
Juros do parcelamento tributários e contribuições sociais	1.095	3.808

**QUADRO 4**

Continuação

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009
Ganho no parcelamento do REFIS		(10.498)
Encargos financeiros sobre financiamentos de obras	414	392
Encargos financeiros sobre outros financiamentos	7	
	<u>56.408</u>	<u>44.278</u>
<b>Varição dos ativos operacionais</b>		
Contas a receber de clientes	(9.728)	(2.084)
Estoques	81	(1.052)
Impostos e contribuições a recuperar	(455)	97
Depósitos judiciais	(964)	
Outros	91	162
	<u>(10.975)</u>	<u>(2.877)</u>
<b>Varição dos passivos operacionais</b>		
Fornecedores e empreiteiros	(340)	1.168
Salários, gratificações e encargos sociais	1.247	62
Impostos e contribuições	243	127
Provisão para férias e encargos sociais	478	318
Provisão para contingências	799	
Honorários em processos judiciais	4.000	(179)
Juros sobre capital próprio	1.991	
Outros	222	1.825
	<u>8.640</u>	<u>3.321</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>54.073</u>	<u>44.722</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aplicação no intangível	(7.783)	(8.609)
Aplicação no imobilizado	(43.391)	(38.505)
	<u>(51.174)</u>	<u>(47.114)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Financiamentos obtidos para obras	11.098	11.305
Outros financiamentos	2.201	
Pagamento de juros sobre capital próprio	(300)	(2.813)
Amortização do parcelamento tributros e contribuições sociais	(2.235)	(1.897)
Pagamentos de juros sobre financiamentos para obras	(1.896)	(2.940)
Pagamentos de juros sobre outros financiamentos	(96)	
Amortizações de financiamentos para obras	(3.362)	(3.772)
Amortizações de outros finananciamentos	(611)	
	<u>4.799</u>	<u>(117)</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<u>4.799</u>	<u>(117)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<u>7.698</u>	<u>(2.509)</u>
No início do exercício	32.422	34.931
No fim do exercício	<u>40.120</u>	<u>32.422</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 5**
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009
<b>RECEITAS</b>		
Receitas operacionais	217.831	194.564
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.698)	(11.249)
Outras receitas (despesas)	50.724	4.533
	<u>254.857</u>	<u>187.848</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Produtos químicos consumidos	(2.991)	(2.812)
Outros materiais consumidos	(8.287)	(7.637)
Energia elétrica	(18.077)	(17.157)
Serviços de terceiros contratados	(29.408)	(25.965)
Outras despesas operacionais	(669)	(4.861)
	<u>(59.432)</u>	<u>(58.432)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	195.425	129.416
<b>RETENÇÕES</b>		
Amortizações do intangível	(10.903)	(10.528)
Depreciações	(3.856)	(2.124)
	<u>(14.759)</u>	<u>(12.652)</u>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	180.666	116.764
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Receitas financeiras	3.658	17.661
	<u>3.658</u>	<u>17.661</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u>184.324</u>	<u>134.425</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>Empregados e administradores</b>		
Salários e encargos sociais	47.092	40.482
Honorários da diretoria e conselhos	501	479
Programa de participação nos resultados	2.607	1.937
	<u>50.200</u>	<u>42.898</u>
<b>Governos</b>		
Tributos federais	32.795	29.402
Tributos estaduais	5.496	4.889
	<u>38.291</u>	<u>34.291</u>
<b>Financiadores</b>		
Aluguéis	794	2.350
Encargos financeiros	15.040	16.008
	<u>15.834</u>	<u>18.358</u>
<b>Acionistas</b>		
Juros sobre capital próprio	11.075	9.197
	<u>11.075</u>	<u>9.197</u>
<b>Lucros retidos do exercício</b>	<u>68.924</u>	<u>29.681</u>
<b>VALOR TOTAL</b>	<u>184.324</u>	<u>134.425</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul, criada pelo Decreto Estadual nº 71, de 26 de janeiro de 1979, é uma sociedade de economia mista, vinculada à Governadoria do Estado e por ela supervisionada, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com capital subscrito pelo Estado. É regida pela legislação federal e estadual, que disciplinam as atividades relacionadas ao Saneamento Básico, pela legislação aplicável às Sociedades por Ações e por seu Estatuto, nos termos da Lei nº 1.496 de 12 de maio de 1994.

Tem por objeto social a exploração dos serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; de drenagem e manejo das águas fluviais urbanas; serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos; serviços relativos à saúde da população, prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e certificação nessas áreas de atuação, bem como outros serviços de interesse para a Companhia e para o Estado de Mato Grosso do Sul, dentro e fora de seus limites territoriais. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e outras em assuntos pertinentes à consecução de seus objetivos básicos.

### 2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### 2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade ("CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou as novas práticas contábeis de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC's a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, tendo definido como data de transição 1º de janeiro de 2009.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis. Requer, ainda, que a Administração da Companhia julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis e o seu efeito é apresentado na nota explicativa nº 3.

#### 2.2. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As novas normas, interpretações e orientações, que poderiam ou deverão ser aplicadas pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2010, estão resumidas a seguir:

##### *CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.292/09, correlacionado com o IAS 36 - *Impairment of Assets* tem como objetivo estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas. A Companhia passou a adotar os critérios descritos do CPC 01.

##### *CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.296/09, correlacionado com o IAS 07 - *Statement of Cash Flows* tem como objetivo requerer a prestação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da entidade por meio de demonstração dos fluxos de caixa que classifique os fluxos de caixa do período por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A adoção inicial deste Pronunciamento foi realizada em 2008.

##### *CPC 04 - Ativo Intangível*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.303/10 correlacionado com o IAS 38 - *Intangible Assets*, tem como objetivo definir o tratamento contábil que deve ser

dado aos ativos intangíveis, bem como sua forma de reconhecimento, identificação, controle, mensuração, aplicação e apuração.

A Companhia adotou os critérios descritos, reconhecendo como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, seguindo a interpretação do ICPC 01 - Contratos de concessão.

##### *CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.297/09, correlacionado com o IAS 24 - *Related Party Disclosures* tem como objetivo assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade de o balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estarem afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com referidas partes relacionadas.

Não houve operações ou fatos relevantes entre partes relacionadas.

##### *CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.138/08, tem como objetivo estabelecer critérios para a elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado a qual representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período.

A Companhia já adotava a prática da divulgação dessa demonstração desde o exercício de 2008.

##### *CPC 12 - Ajuste a Valor Presente*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.151/09, tem como objetivo estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações financeiras.

Em decorrência das operações terem vencimentos de curto prazo, com efeito líquido não relevante, a Administração não adota a prática de ajuste a valor presente.

##### *CPC 17 - Contratos de Construção*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.171/09, correlacionado com o IAS 11 - *Construction Contracts* tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil das receitas e despesas correspondentes, ao longo dos períodos de execução de obras.

##### *CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.241/09, correlacionado com o IAS 28 - *Investments in Associates*, tem como objetivo determinar a forma de contabilização dos investimentos em coligadas e em controladas.

A Companhia não possui investimentos em coligada e controlada.

##### *CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.242/09, correlacionado com o IAS 31 - *Interests in Joint Ventures*, tem como objetivo especificar como contabilizar as participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) e na divulgação dos ativos, passivos, receitas e despesas desses empreendimentos nas demonstrações contábeis dos investidores.

A adoção desse Pronunciamento não gerou impactos na Companhia, uma vez que a Companhia não possui investimentos em empreendimento controlado em conjunto.

##### *CPC 20 - Custos de Empréstimos*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.172/09, correlacionado com o IAS 23 - *Borrowing Costs*, tem como objetivo determinar que os custos de empréstimos são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formando assim do custo de tal ativo.

A adoção deste Pronunciamento não gerou impactos na Companhia, uma vez que a Companhia já efetuava a capitalização dos custos de empréstimos.

##### *CPC 22 - Informações por Segmento*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.176/09, correlacionado com o IFRS 8 - *Operating Segments*, tem como objetivo determinar que uma entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais uma entidade está envolvida e os ambientes econômicos em que opera.

A adoção deste Pronunciamento não gerou impactos na Companhia.

##### *CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.179/09, correlacionado com o IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, tem como objetivo definir critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação de mudança nas políticas contábeis, a mudança nas estimativas contábeis e a retificação de erro.

A Companhia adotou este Pronunciamento para estas demonstrações financeiras.

#### *CPC 24 - Evento Subsequente*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.184/09, correlacionado com o IAS 10 - *Events after the Reporting Period*, tem como objetivo determinar quando a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações; e determinar quando as informações que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e sobre os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações.

Os eventos subsequentes não afetaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

#### *CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09, correlacionado com o IAS 37 - *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*, tem como objetivo determinar os critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, bem como os requerimentos de divulgação.

A Companhia adotou de forma integral o CPC 25.

#### *CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.185/09, correlacionado com o IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*, tem como objetivo definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

A Companhia adotou esse Pronunciamento em relação à comparabilidade das demonstrações contábeis.

#### *CPC 27 - Ativo Imobilizado*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.177/09 correlacionado com o IAS 16 - *Property, Plant and Equipment*, tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil para os ativos imobilizados de forma a permitir que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar as informações sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados bem como suas mutações.

A Companhia, objetivando adequar-se a esse Pronunciamento, contratou uma empresa especializada para determinação da vida útil econômica para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

#### *CPC 30 - Receitas*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.187/09, correlacionado com o IAS 18 - *Revenue*, tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil de receitas que são definidas como aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil.

#### *CPC 31 - Ativos não correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.188/09, correlacionado com o IFRS 5 - *Discontinuing Operations*, tem como objetivo estabelecer a forma de contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda (colocados à venda) e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas.

A Companhia não possui ativos não correntes mantidos para venda nem operações descontinuadas em 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, razão pela qual este Pronunciamento não gerou impactos na Companhia.

#### *CPC 32 - Tributos sobre o Lucro*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.189/09, correlacionado com o IAS 12 - *Income Taxes*, tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro, principalmente na contabilização dos resultados que impactam o lucro, destacando seus efeitos fiscais atuais e futuros, em relação à futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade e das operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade.

A adoção deste Pronunciamento não gerou impactos na Companhia.

#### *CPC 33 - Benefícios a Empregados*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, correlacionado com o IAS 19 - *Employee Benefits* e sua norma de interpretação IFRIC - 14 - IAS 19 - *The Limit on a Defined Benefit Asset, Minimum Funding Requirements and their Interaction*, tem como objetivo estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados.

O pronunciamento não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2010.

#### *CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação*

Aprovados pelas Resoluções CFC nº 1.196/09, CFC nº 1.197/09 e CFC nº 1.198/09, correlacionados com os IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement* e IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures*. Esses Pronunciamentos tratam da forma de classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente de instrumentos financeiros.

Em consonância com o OCPC 05, foi reconhecido como instrumento financeiro o valor residual referente às instalações correlacionadas com as atividades operacionais da Companhia visto que esse valor é passível de indenização à Companhia por parte do poder concedente.

#### *ICPC 01 - Contratos de Concessão*

Aprovados pela Resolução CFC nº 1.261/09, correlacionado com o IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*, tem como objetivo estabelecer os princípios gerais a respeito do reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão, forma de contabilização dos ativos de infraestrutura relacionados aos contratos de concessão. O que ocorre é a cessão de posse dos bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato.

Com adoção desta interpretação a Companhia teve que realizar reclassificações e ajustes relevantes nas demonstrações financeiras. Todos ativos vinculados às concessões foram reclassificados e desmembrados em ativo financeiro e ativo intangível.

#### *ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43*

Aprovado pela Resolução CFC nº 1.263/2009 tem como objetivo trazer alguns esclarecimentos acerca dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28 em consonância com os Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43.

No ICPC 10 é dada ênfase especial para a revisão necessária das taxas de depreciação e determinação da vida útil econômica dos bens.

A Companhia definiu essas taxas, através de um laudo elaborado por empresa especializada, na data de 31 de dezembro de 2010.

Os demais tópicos inerentes a este ICPC dizem respeito à utilização do critério do custo ou valor justo para o ativo de propriedade para investimento, de acordo com a possibilidade estabelecida pelo CPC 28, o valor residual dos bens do ativo imobilizado e das taxas de depreciação relevantes ao processo de revisão inicial, periódica, e a possibilidade de atributos de forma convergentes com as normas internacionais, o novo custo para os bens do ativo imobilizado e de propriedade para investimentos.

#### *OCPC 05 - Contratos de Concessão*

Aprovada pela Resolução CFC nº 1.318/2010 tem por objetivo orientar e esclarecer alguns assuntos que têm gerado dúvidas quanto à adoção da Interpretação Técnica ICPC01 - Contratos de concessão pelas empresas reguladas.

Esta orientação foi direcionada para as concessões de rodovia, ferrovia e energia elétrica, contudo está sendo utilizada, por analogia, para o setor de saneamento. O entendimento dos principais conceitos introduzidos na ICPC 01 é, na maioria dos casos, simples; o grande desafio é a operacionalização da sua adoção na realidade econômica de cada empresa, haja vista que restringe-se somente a abordar aspectos contábeis da adoção da ICPC 01 e não inclui qualquer discussão sobre aspectos tributários (impostos diretos e indiretos) decorrentes da sua adoção.

Segundo esta orientação, os principais aspectos aplicáveis às concessões são:

- Direito de outorga ou direito de concessão.
- Modelo de ativo intangível e de ativo financeiro (bifurcado).
- Ajuste a valor presente do ativo financeiro.
- Classificação do ativo financeiro no balanço patrimonial.
- Classificação da remuneração do ativo financeiro na demonstração do resultado.
- Infraestrutura na fase de construção - classificação no modelo bifurcado.
- Mensuração do ativo intangível direito de outorga - contrapartida em serviços de construção/melhorias.
- Custos de empréstimos.
- Bens móveis recebidos do poder concedente.
- Bens vinculados à concessão.
- Adições subsequentes ao ativo intangível.
- Amortização do ativo intangível.
- Reconhecimento da receita de construção.
- Provisão para gastos correntes com manutenção e operação.
- Provisão para manutenção, reparos e substituições.
- Aplicação retroativa da ICPC 01 na data de transição.
- Divulgação.

A Companhia, em função da natureza de suas operações - Serviço de Concessão Pública - adotou o pronunciamento, conforme requerido pela interpretação ICPC 01 Contratos de concessão.

### 2.3. ATIVO FINANCEIRO

A Companhia reconhece como um Ativo Financeiro, o crédito a receber do poder concedente visto que possui o direito incondicional de receber indenização ao fim do contrato de concessão referente aos bens edificados e não recuperados por meio da utilização operacional dos bens. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa SELIC em vigor em 31 de dezembro de 2010.

### 2.4. IMOBILIZADO

Com a adoção do ICPC 01 os bens que ficaram registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

As obras em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo Imobilizado e, após sua conclusão o custo total é bifurcado para o ativo Intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível é reconhecido como um direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a concessão dos serviços. O ativo financeiro é reconhecido pelo valor residual desses investimentos ao final da concessão.

### 2.5. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos.

### 2.6. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 revogaram a possibilidade de registro das doações e subvenções para investimentos diretamente em conta de Reserva de Capital, no Patrimônio Líquido. A partir de 1º de janeiro de 2008, a Companhia passou a registrar diretamente na conta de receitas, no resultado do exercício, os valores recebidos a títulos de Doações e Subvenções para investimentos. Com o objetivo da neutralidade tributária decorrente dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos, a Companhia excluiu os valores recebidos, no montante de R\$327 (R\$861 em 31 de dezembro de 2009), relativos às doações e subvenções governamentais das bases de cálculos do Imposto de Renda, contribuição social, Pasep e Cofins. Este valor foi retido pela Companhia na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, no Patrimônio Líquido, não integrando a base de cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio creditados aos acionistas durante este exercício.

## 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a. Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência de exercícios.

### b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída com base na análise das contas a receber e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dessas contas.

### c. Estoques

Está demonstrado ao custo médio das compras, não excedendo ao valor de mercado.

### d. Processos legais

A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

### e. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (nota 10).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos

ativos tem relação com sua vida útil econômica.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

## 4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - GESTÃO DE RISCO

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

### 4.1. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de commodities. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### a. Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices.

### 4.2. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

#### a. Recebíveis

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A Companhia possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais caso os clientes não cumpram suas obrigações. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente garantidos por provisão que cobririam eventuais perdas na sua realização (nota 6).

#### b. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Companhia e de acordo com a política por esta estabelecida. Os agentes arrecadadores são diversificados devido às características das operações da companhia. Os riscos de crédito foram avaliados como extremamente pequenos devido às políticas de provisionamento e de investimento assim como da natureza essencial de seus serviços e da pulverização de sua carteira.

### 4.3. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre das decisões da administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

### 4.4. GESTÃO DE RISCO DE CAPITAL

Salvaguardar a capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional, para que possa seguir proporcionando retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Harmonicamente às outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base em vários índices como rentabilidade, endividamento, liquidez e alavancagem financeira.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se a aplicações financeiras nos seguintes bancos:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Banco do Brasil S.A.	15.614	10.996	18.286
Caixa Econômica Federal	19.264	19.028	16.877
Outros	46	37	10
	<u>34.924</u>	<u>30.061</u>	<u>33.173</u>

Os recursos das aplicações são para fazer face às necessidades de capital de giro e cobertura dos investimentos futuros.

## 6. CLIENTES

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Serviços de água e esgotos	61.286	53.223	52.124
Serviços incorridos e não faturados	9.018	8.252	7.599
Outros serviços	5.763	4.837	4.373
Encargos financeiros	683	710	632
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.173)	(30.548)	(30.338)
	<u>33.577</u>	<u>36.474</u>	<u>34.390</u>

A Companhia adota o critério de constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos créditos vencidos há mais de 180 dias e julga ser suficiente para a cobertura de eventuais perdas.

## 7. ESTOQUES

São representados por materiais necessários à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos.

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

São representados por depósitos judiciais, envolvendo ações de natureza civil, fiscal e trabalhista.

## 9. ATIVO FINANCEIRO

De acordo com os Contratos de Concessões com cada município, na extinção da concessão haverá reversão dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema de saneamento básico. Esses valores foram ajustados aos respectivos valores presentes de cada Contrato de Concessão, descontados pela taxa SELIC de 10,75%, taxa vigente no mês de dezembro de 2010 (nota 2.3).

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo financeiro (indenização)	79.303	76.512	68.961
	<u>79.303</u>	<u>76.512</u>	<u>68.961</u>

## 10. INTANGÍVEL

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	301.083	141.868	159.215	149.398	148.364
Sistema de esgotamento sanitário	103.625	24.602	79.023	72.964	66.455
	404.708	166.470	238.238	222.362	214.819
Ajuste ao valor de recuperação				(49.183)	(49.183)
(-) Transferência para o Ativo Financeiro			(79.303)	(76.512)	(68.961)
	<u>404.708</u>	<u>166.470</u>	<u>158.935</u>	<u>96.667</u>	<u>96.675</u>

O Ativo Intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água e esgotos e foram reconhecidos pela diferença entre o total dos investimentos realizados, em fase de produção, e o valor reconhecido como um Ativo Financeiro (nota 9). As taxas de amortização são definidas com base nos prazos de concessão de cada Contrato e foram estabelecidas mediante estudos específicos, com base nas estimativas de vida útil dos bens.

A partir de 2008, com o advento da Lei nº 11.638/07, a Companhia vem realizando estudos visando à avaliação da provisão constituída, adotando-se o método de fluxo de caixa descontado. Em 2010, foi utilizada uma taxa de desconto de 10,75%, equivalente à taxa Selic de dezembro de 2010, divulgada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil - Copom. A Companhia entende que essa taxa de remuneração é suficiente para a geração de caixa, necessário à manutenção de suas atividades operacionais e cobertura dos investimentos futuros. A aplicação dessa taxa tem como base o histórico de remuneração adequada e de estar próximo ao que é aplicada pelo setor de saneamento básico no Brasil, além do que é a taxa básica utilizada como referência pela política monetária do País. A Companhia com base no CPC 01, efetuou as projeções baseadas no último orçamento aprovado, levando-se em consideração para projeção dos fluxos de caixa os próximos 10 anos, que é o prazo médio remanescente dos contratos de concessão da Companhia. Na avaliação por esse método, o resultado apurado foi superior ao saldo contábil do ativo imobilizado, excluído os efeitos da provisão, existente em 31 de dezembro de 2010. Com base nesse estudo a Companhia reverteu essa provisão no valor de R\$49.183, tendo como contrapartida o resultado do exercício (nota 19).

## 11. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
<b>Bens de Uso Geral</b>						
Terrenos		627		627	627	622
Estrutura de alvenaria e concreto	2%	8.321	2.780	5.541	4.995	4.617
Equip.eletromecânicos e elétricos	10%	1.120	421	699	729	211
Equipamentos pesados obras civis	25%	8.956	5.544	3.412	2.040	2.317
Equip. rádio e telecomunicação	10%	519	320	199	169	177
Equip. oficina	10%	576	506	70	55	54
Veículos	20%	12.978	7.284	5.694	5.165	1.539
Computadores e periféricos	20%	3.369	1.619	1.750	2.015	514
Móveis e utensílios	10%	1.546	858	688	620	491
Condicionadores de ar	10%	658	377	281	279	208
Outros	2 a 20%	2.606	1.584	1.022	776	739
		<u>41.276</u>	<u>21.293</u>	<u>19.983</u>	<u>17.470</u>	<u>11.489</u>
<b>Em andamento</b>						
Sistemas de abastecimento água		33.097		33.097	23.085	7.620
Sistemas de esgotos		28.986		28.986	21.368	16.349
Bens de uso geral		648		648	625	41
Materiais para obras		1.154		1.154	1.337	2.155
Outros		2.659		2.659	2.242	1.688
		<u>66.544</u>		<u>66.544</u>	<u>48.657</u>	<u>27.853</u>
		<u>107.820</u>	<u>21.293</u>	<u>86.527</u>	<u>66.127</u>	<u>39.342</u>

## 12. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Fornecedores de serviços e materiais (a)	6.787	8.745	7.918
Empreiteiros (b)	6.762	5.144	4.803
	<u>13.549</u>	<u>13.889</u>	<u>12.721</u>

(a) O saldo está representado por débitos com fornecedores diversos, necessários à operação de suas atividades normais.

(b) O saldo está representado por empresas contratadas para execução de projetos, obras e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em diversas localidades do Estado de Mato Grosso do Sul.

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Econômica Federal	4.735	51.936	4.275	44.246	4.417	35.804
Banco do Brasil	1.597					
	<u>6.332</u>	<u>51.936</u>	<u>4.275</u>	<u>44.246</u>	<u>4.417</u>	<u>35.804</u>

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se, substancialmente, à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

### Os principais dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	31.12	31.12	01.01	Credor	Prazo (meses)	Vencimento
			2010	2009	2009			
24393-78	Dourados 1º/91 Esg. fase 2	UPR juros 6% a.a.	10.874	11.668	12.398	CAIXA	300	Jan de 2020
24394-93	Três Lagoas 1º/91 Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.253	4.609	4.936	CAIXA	300	Mar de 2019
22212-36	Dourados Esgoto 1/90	UPR juros 6% a.a.	3.543	3.830	4.095	CAIXA	300	Mai de 2019
39624-67	Pro San Esgoto Dourados	UPR juros 8% a.a.	791	1.008	1.205	CAIXA	180	Dez de 2013
36744-78	Três Lagoas Esgoto 2ª fase	UPR juros 5% a.a.	839	983	1.116	CAIXA	216	Out de 2015
82253-20	Pro San Sidrolândia SAA	UPR juros 6% a.a.	871	926	1.076	CAIXA	180	Ago de 2014
57116-21	Pro San Ponta Porã SAA	UPR juros 8% a.a.			118	CAIXA	120	Mai de 2009
39573-78	Pro San Anastácio SAA	UPR juros 8% a.a.	438	572	692	CAIXA	180	Set de 2013
39620-87	Pro San Guia Lopes	UPR juros 8% a.a.	152	198	240	CAIXA	180	Set de 2013
39621-01	Pro San Jardim SAA	UPR juros 8% a.a.	287	375	454	CAIXA	180	Set de 2013
24397-60	Prosanear Dourados SAA/ Esg	UPR juros 6% a.a.	558	598	635	CAIXA	300	Mar de 2020
57127-51	Pos DI 20 Municipios	UPR juros 8% a.a.			264	CAIXA	96	Mar de 2009
39614-53	Pro San Aquidauana SAA	UPR juros 8% a.a.	276	360	436	CAIXA	180	Set de 2013
39623-41	Pro San Miranda	UPR juros 8% a.a.	238	310	376	CAIXA	180	Set de 2013
39615-80	Pro San Bonito SAA	UPR juros 8% a.a.	178	232	282	CAIXA	180	Set de 2013
121598-60	Pro San DI 20 Municipios	UPR juros 8% a.a.			36	CAIXA	96	Mar de 2010
78266-41	Pro San Lageado/Anastácio	UPR juros 6,5% a.a.	102	160	214	CAIXA	120	Jul de 2012
57133-73	Pro San DOU/ETE Lar Doce	UPR juros 6,5% a.a.	84	117	147	CAIXA	120	Abr de 2013
78265-26	Pro San DOU/ETE Guaxinin	UPR juros 6,5% a.a.	256	352	440	CAIXA	120	Abr de 2013
182228-60	Prog San Todos P. Po rã Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	1408	1.442	1.343	CAIXA	234	Fev de 2028
180167-94	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	1122	1.148	1.172	CAIXA	234	Abr de 2028
180226-41	Prog San Todos Dourados Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	688	704	719	CAIXA	234	Jan de 2028
190463-93	Prog San Todos A Taboado DI	UPR juros 8% a.a.	312	345	374	CAIXA	120	Jun de 2017
182233-33	Prog San Todos Corumbã DI	UPR juros 8% a.a.	406	429	457	CAIXA	120	Jan de 2018
182227-56	Prog San Todos Corumbã Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	1014	939	677	CAIXA	234	Jan de 2028
241662-97	Prog San Todos T. Lagoas Água	UPR juros 6% a.a.	8.355	6.455	2.020	CAIXA	120	Set de 2021
241693-66	Prog San Todos P. Porã SAA	UPR juros 6% a.a.	2.362	2.217	504	CAIXA	240	Fev de 2030
241695-85	Prog San Todos Corumbã SAA	UPR juros 6% a.a.	4.360	2.913	261	CAIXA	240	Fev de 2031
241664-14	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.293	4.557	2.964	CAIXA	240	Fev de 2031
291832-99	Prog San Todos P. Porã EPE		1.780					
292251-97	Prog San Todos Corumbã Água		2.434					
Outros 40 contratos (em 31.12.2009 - 27 contratos e 01.01.2009 9 contratos)			UPR e juros de 5 a 8% a.a	1.136	727	223	CAIXA	Até o ano 2030
Juros incorridos a vencer				371	311	213		
Total da dívida				56.671	48.521	40.221		
			C.Prazo	4.773	4.275	4.417		
			L. Prazo	51.936	44.246	35.804		
Total				56.709	48.521	40.221		

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do longo prazo estão assim distribuídos:

Credor	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2017	TOTAL
Caixa Econômica Federal	4.407	4.715	5.048	5.410	5.802	26.554	51.936
	4.407	4.715	5.048	5.410	5.802	26.554	51.936

### 14. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Recuperação Fiscal - Refis	2.232	8630	2.232	9.790	2.223	21.756
Parcelamentos de tributos e contribuições sociais	54	216	49	201		
	2.286	8.846	2.281	9.991	2.223	21.756

Em 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, instituído pelo Governo Federal, e vinha amortizando o saldo devedor existente com base em valor equivalente a 1,2% de seu faturamento bruto mensal, com incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 18 de novembro de 2009, com o advento da Lei nº 11.941/09, a Companhia aderiu ao parcelamento dessa dívida, tendo como destaque a compensação de juros, no valor de R\$13.585, com bases negativas da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido). Com o parcelamento e aplicação dos incentivos previstos na Lei nº 11.941/09, o saldo devedor, em 18 de novembro de 2009, passou a ser R\$12.306, a ser amortizado no prazo de 66 meses, com incidência da Taxa de Juros Selic.

### 15. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Neste exercício, a Companhia atribuiu créditos aos seus acionistas no valor de R\$11.075, referente a juros sobre capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e legislação pertinente. Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios, serão encaminhados à Assembleia Geral de Acionistas para aprovação, está assim realizada: Estado de Mato Grosso do Sul (R\$11.065) e Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - Agesul (R\$10). Os juros foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. Para fins de demonstração e adequação aos princípios contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de

encargos financeiros líquidos para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Conforme previsto pela legislação fiscal e dentro dos limites de 50% do lucro antes do Imposto de Renda, o valor contabilizado foi integralmente deduzido na apuração do Imposto de Renda e contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de R\$3.127. Foi proposto dividendos, no valor de R\$8.843 em complemento aos juros sobre capital próprio, para totalizar os dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme previsão estatutária.

### 16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Refere-se à provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, assim distribuídas:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ações fiscais (a)	7.344	7.344	7.726
Ações cíveis (b)	20.498	22.934	23.284
Ações trabalhistas (c)	143	355	906
	27.985	30.633	31.916

### AÇÕES FISCAIS (A)

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Notificação diferença base cálculo Cofins/PIS-Pasep	5.325	5.325	5.325
Compensações no Cofins/Pis-PASEP			382
Compensações no Cofins	2.019	2.019	2.019
	7.344	7.344	7.726

(a) Em 2004, por meio de procedimentos de fiscalização, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal a recolher diferenças de contribuições ao PIS/Pasep e Cofins. Essas diferenças estão sendo contestadas pelos consultores jurídicos da Companhia por julgá-las improcedentes. No entanto, de forma conservadora, foi constituída provisão no valor de R\$5.325 referente ao montante estipulado pelas respectivas notificações.

Em 2006, a Secretaria da Receita Federal encaminhou cobrança de valores referente à Cofins do ano de 1995, que fora compensada com valores julgados pela Companhia recolhidos a maior quando ela denominava-se Finsocial, no valor de R\$2.019. Esses valores da Cofins de 1995 encontravam-se suspensos por força de Mandado de Segurança, no qual foi concedido assegurar o direito de compensar os débitos da Cofins com créditos provenientes do pagamento de Finsocial (alíquotas superiores a 0,5%). Posteriormente, a Receita Federal ajuizou ação rescisória a qual também está sendo contestada pelos consultores jurídicos da Companhia.

### AÇÕES CÍVEIS

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Tubos e Conexões Tigre S.A. (b)	19.210	19.210	19.210
Outras ações cíveis (c)	1.288	3.724	4.974
	20.498	22.934	23.284

b) A Companhia mantém registrado o montante de R\$19.210 em favor da empresa Tigre S.A. - Tubos e Conexões, refere-se a uma dívida, cujo valor foi revisto no exercício de 2000, no qual a Companhia e a Tigre assinaram um termo judicial de confissão e acordo de dívida, no montante de R\$14.000, a valores históricos, à época. Amparada pelos seus consultores jurídicos, a Companhia suspendeu, desde o mês de fevereiro de 2004, as amortizações mensais dessa dívida e realizou o recolhimento das parcelas devidas até o mês de julho de 2004, por meio de depósitos judiciais, uma vez que está pleiteando nova revisão do saldo devedor, com base em laudo técnico realizado por uma empresa independente, cujo resultado montou em R\$7.697, quando da assinatura daquele termo judicial. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a possibilidade de perda deste litígio é provável.

c) Outras ações cíveis referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios, e por opinião dos consultores jurídicos a probabilidade de perda é provável.

### AÇÕES TRABALHISTAS (c)

São relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, oriundos de responsabilidade solidária.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em diversas ações judiciais referente às questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos seus consultores jurídicos como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$10.915 em 31 de dezembro de 2010 (em 2009, R\$8.092).

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado é formado por 283.241.754 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2009). Os acionistas têm direitos a receber em cada exercício, como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

### RESERVA LEGAL

Constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com a legislação societária. O montante acumulado dessa reserva é de R\$7.439 (em 31 de dezembro de 2009, R\$3.439).

### RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS

Constituída para fazer face a futuros investimentos e/ou aumento do capital social da Companhia.

### RESERVA DE INCENTIVO FISCAL - MP 449/08

Constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício, correspondente às subvenções para investimentos recebidas e reconhecidas no resultado, em atendimento à Lei 11.941 de 27 de maio de 2009

## 18. PREJUÍZOS FISCAIS A COMPENSAR E BASES NEGATIVAS DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía base negativa de contribuição social sobre o lucro no valor de R\$133.224 e prejuízos fiscais acumulados de R\$168.166 (em 31 de dezembro de 2009, R\$142.379 e R\$177.321 respectivamente). A Administração, de forma conservadora, tem optado por não registrar o crédito tributário sobre esses valores.

## 19. OUTROS RESULTADOS

	2010	2009
<b>Outras receitas</b>		
Reversão da provisão para redução do imobilizado (a)	49.183	
Subvenções para investimentos	327	861
Venda de bens do ativo imobilizado	283	562
Contribuições e doações	1.393	382
Administração de serviço da coleta de lixo	200	207
Serviços técnicos de engenharia	34	16
Recuperação de créditos	-	3.274
Outras	394	286
	51.814	5.588
<b>Outras despesas</b>		
Perdas em processos judiciais	720	877
Custo de bens baixados do imobilizado	139	85
Estudos e projetos não aprovados	174	
Outras	57	93
	1.090	1.055
	50.724	4.533

## 20. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com terceiros para a cobertura de seus veículos para cobertura básica (incêndio, furto e roubo). Os demais bens não são segurados, por serem de baixíssimo risco de ocorrer algum sinistro.

## 21. ADOÇÃO DOS CPC'S PELA PRIMEIRA VEZ

### BASE DA TRANSIÇÃO PARA O CPC

As demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações Financeiras anuais aderente aos CPCs. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo os CPCs nessa data.

### CPC'S NÃO APLICÁVEIS ÀS OPERAÇÕES DA COMPANHIA

As demonstrações Financeiras foram elaboradas em consonância aos CPCs, entretanto, considerando os aspectos operacionais e estatutários, a Companhia não efetuou transações relacionadas às operações e respectivos CPCs demonstrados a seguir.

CPC	Operações
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações Financeiras.
CPC 06	Operações de Arrendamento Mercantil.
CPC 08	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.
CPC 10	Pagamento Baseado em Ações.
CPC 11	Contratos de Seguro.
CPC 15	Combinação de Negócios.
CPC 21	Demonstrações Intermediárias.
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola.
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.
CPC 35	Demonstrações Separadas.
CPC 36	Demonstrações Consolidadas.
CPC 41	Resultado por Ação

Dessa forma, em função de não haver fato gerador das operações relacionadas aos referidos CPCs, as práticas contábeis não estão sendo comentadas.

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Tel.: +55 (62) 3259-0433  
Fax: +55 (62) 3259-0434  
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes  
Rua C-255, 270 - Centro Empresarial Sebba  
Setor Nova Sulca - 12º andar  
Goiânia - GO - Brasil  
74280-010

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul  
Campo Grande - MS

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos resultados abrangentes, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES****Continuação****OPINIÃO**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**ÊNFASE EM RELAÇÃO AO PASSIVO CONTINGENCIAL**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 16 b), que descreve que a Companhia mantém contabilizado no passivo não circulante, como provisão para contingência, o montante de R\$27.985 mil, dos quais, R\$19.210 mil está representado pela dívida contraída em 1994, com a empresa Tigre S.A. - Tubos e Conexões, cujo valor foi revisto no exercício de 2000, no qual a Companhia e a Tigre assinaram um termo judicial de confissão e acordo de dívida, no montante de R\$14.000 mil, a valores históricos, à época. Amparada pelos seus consultores jurídicos, a Companhia suspendeu, desde o mês de fevereiro de 2004, as amortizações mensais dessa dívida e realizou o recolhimento das parcelas devidas até o mês de julho de 2004, por meio de depósitos judiciais, uma vez que está pleiteando nova revisão do saldo devedor, com base em laudo técnico realizado por uma empresa independente, cujo resultado montou em R\$7.697 mil, quando da assinatura daquele termo judicial. Em 3 de julho de 2006, foi ajuizado pela Tigre S.A. - Tubos e Conexões uma execução de título judicial, em que está requerendo a penhora no valor de R\$19.625 mil e, caso não sejam encontrados valores disponíveis, tal penhora pode recair sobre o faturamento mensal da Companhia. Em função do atual estágio, não é possível determinar o desfecho e a perspectiva de perdas em litígios dessa nova execução, bem como seus efeitos sobre as demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**OUTROS ASSUNTOS**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Goiânia, 18 de março de 2011



Marcelo Faria Pereira  
Sócio-contador  
CRC RJ077911/O-2 "S" MS  
BDO Auditores Independentes  
CRC 25P013439/O-5 "S" MS

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**WILSON CABRAL TAVARES** - Presidente  
**JOSÉ CARLOS BARBOSA** - Secretário Executivo

**Conselheiros**

**ANDRÉ LUIZ CANCE**  
**CARLOS ALBERTO N. SAID MENEZES**  
**CARLOS ROBERTO DE MARCHI**  
**MARIA WILMA CASANOVA ROSA**  
**MIRNA ESTELA ARCE TORRES**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**JOSÉ CARLOS BARBOSA** - Diretor Presidente

**MANOEL GOMES** - Diretor de Administração e Finanças (até 03/03/2011)

**ANDRÉ LUIZ SOUKEF OLIVEIRA** - Diretor de Administração e Finanças (a partir de 03/03/2011)

**JOSÉ ROBERTO CARDOSO FERREIRA** - Diretor Comercial e de Operações

**VICTOR DIB YAZBEK FILHO** - Diretor Engenharia e Meio Ambiente

**ROSIMEIRE PAULON**

Gestora do Processo Contábil  
Contadora - CRC / MS 006432/O-6

**HUMBERTO SATIO KANOMATA**

Gerente de Controladoria  
Contador - CRC/ MS 001108/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado, do Fluxo de Caixa, das Mutações Patrimoniais e das Notas Explicativas, correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Com base nesse exame e no Relatório dos Auditores Independentes, são de opinião que encontram-se em condições de serem apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Campo Grande (MS), 19 de abril de 2011



EDMIR FONSECA RODRIGUES



VALNÉRCIO FERREIRA LEONEL



LEIDEIRE RIOS OSSUNA